



## Levantamento sobre a estrutura dos Sistemas de Controle Interno em Goiás: Um estudo exploratório.

### Introdução

O estudo é uma compilação dos dados de um levantamento visando o diagnóstico da situação dos Sistemas de Controle Interno do Poder Executivo dos Municípios e Câmaras Municipais em Goiás, realizado pelo Centro de Apoio Operacional de Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público.

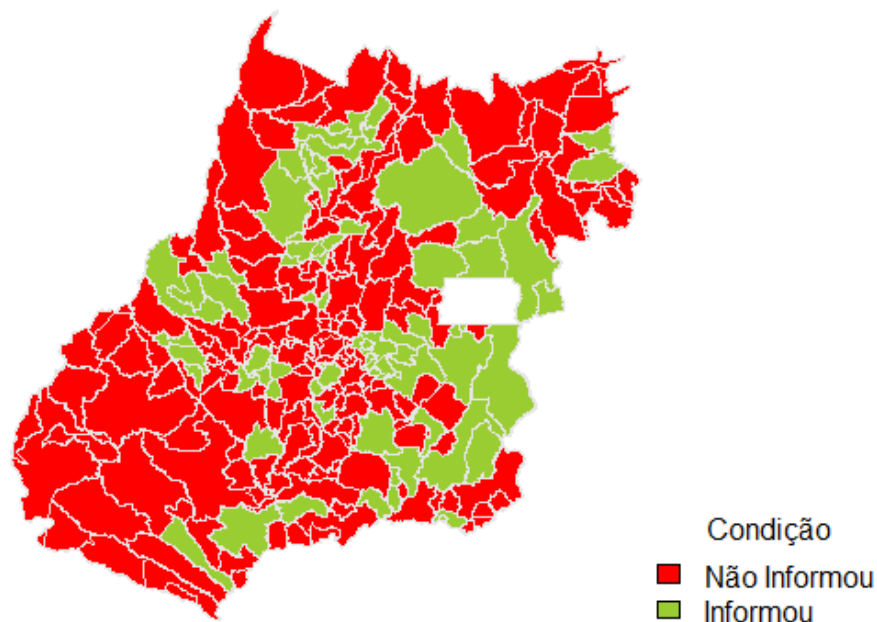
O levantamento foi realizado no mês de maio de 2017, por meio do encaminhamento de questionários distintos para a Prefeitura e Câmara Legislativa de cada um dos municípios atendidos pelas comarcas do MPGO, exceto a comarca de Goiânia. Os questionários abordaram questões relacionadas à estrutura de pessoal, organização e capacitação nos órgãos de Controle Interno do Poder Executivo e Legislativo municipal.

### Resultados Gerais

#### Poder Executivo municipal

Considerando os dados coletados, obteve-se respostas para 71 municípios. A figura 1 apresenta o cartograma com a condição dos municípios quanto à resposta obtida.

**Figura 1** – Condição dos Municípios com relação as respostas.





## Levantamento sobre a estrutura dos Sistemas de Controle Interno em Goiás

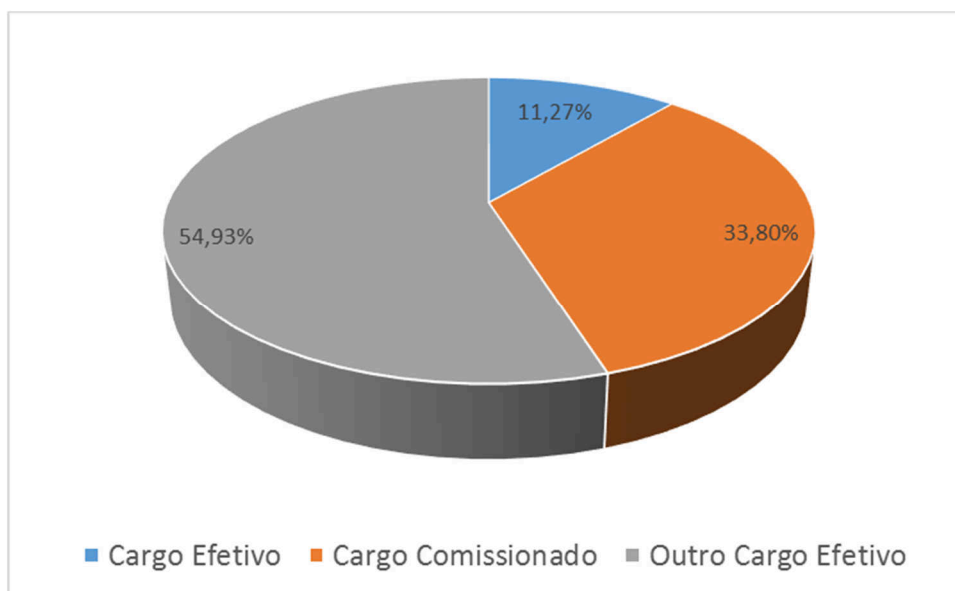
2017

Na tabela 1 e figura 2 é apresentada a distribuição de acordo com o tipo de vínculo funcional dos cargos de chefe do órgão de Controle Interno nos Municípios que responderam o questionário encaminhado.

**Tabela 1** – Condição do Cargo para Chefe do Controle Interno

<b>Chefe Controle Interno</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>
Cargo Efetivo	8	11,27%
Cargo Comissionado	24	33,80%
Outro Cargo Efetivo	39	54,93%
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>100,00%</b>

**Figura 2** - Condição do Cargo para Chefe do Controle Interno

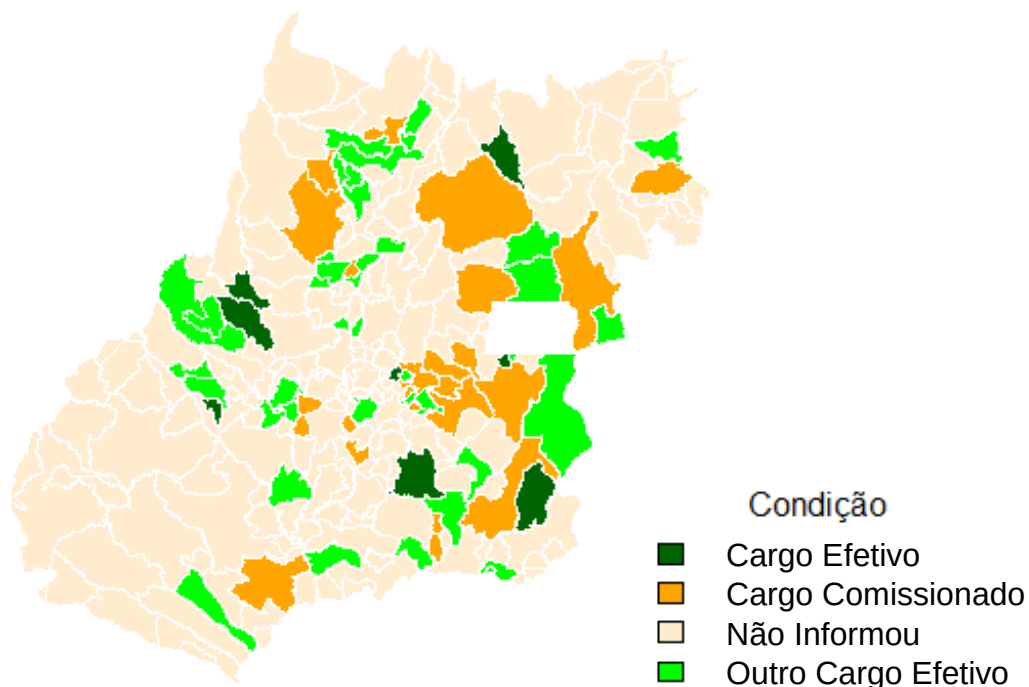


Pela tabela e figura acima verifica-se que 24 (33,80%) órgãos de Controle Interno dos municípios analisados apresentam cargo de chefia com vínculo funcional na condição de cargos comissionados.

A distribuição espacial dessa condição é vista na figura 3, onde é percebida uma distribuição mais concentrada de órgãos de Controle Interno com chefes em cargos comissionados nas proximidades do entorno do DF.

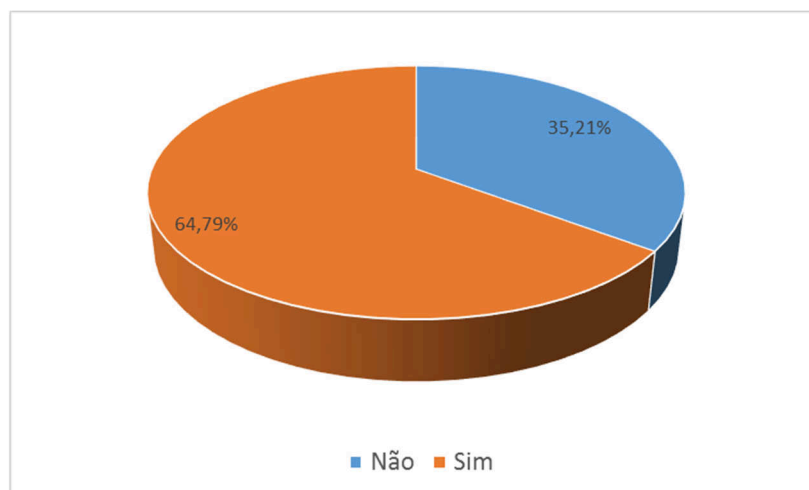


**Figura 3** – Distribuição espacial da condição do Cargo para Chefe do Controle Interno



Na figura 4 é apresentado o gráfico com a situação dos órgãos de Controle Interno quando à existência de outros servidores além do chefe da unidade no Município.

**Figura 4** – Existem outros servidores no Controle Interno do Município.



Pela figura 4 verifica-se que 64,79% dos municípios – 46 dentre os que responderam o questionário – possuem outros servidores além do chefe da unidade de Controle Interno. Na tabela 2 são apresentados os números



## Levantamento sobre a estrutura dos Sistemas de Controle Interno em Goiás

2017

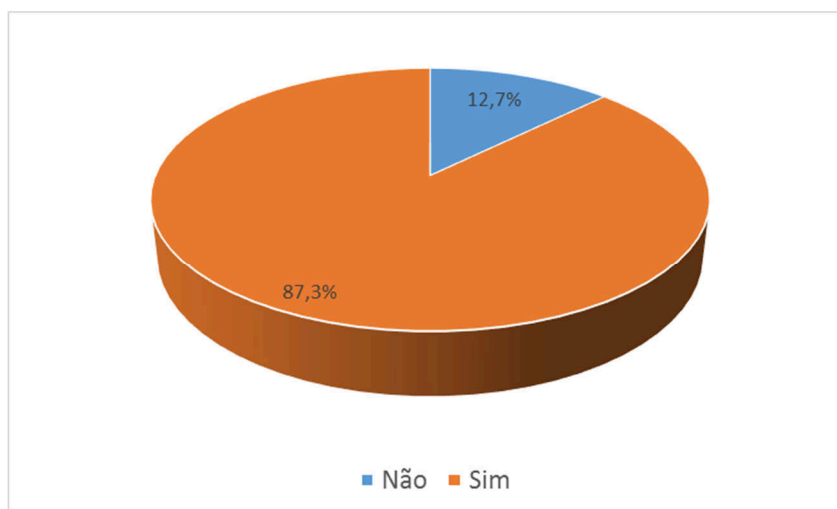
de integrantes por tipo de vínculo funcional. Pela análise da tabela 2 é verificado um total de 139 servidores além dos chefes dos órgãos de Controle Interno municipal, sendo que 71 integrantes (51,08%) são vinculados por meio de cargos comissionados.

**Tabela 2** – Distribuição por tipo de vínculo funcional dos demais servidores dos órgãos de Controle Interno.

Tipo de Cargo	Quant.	%
Efetivo	68	48,92%
Comissionado	71	51,08%
<b>Total</b>	<b>139</b>	<b>100,00%</b>

Na figura 5 é apresentada a distribuição da condição com relação à existência de Lei criando o sistema de controle interno do município e prevendo a sua estrutura. Pela análise da figura abaixo observa-se que 87,3% (62) dos municípios que responderam o questionário apresentam lei municipal criando o sistema de controle interno do executivo municipal.

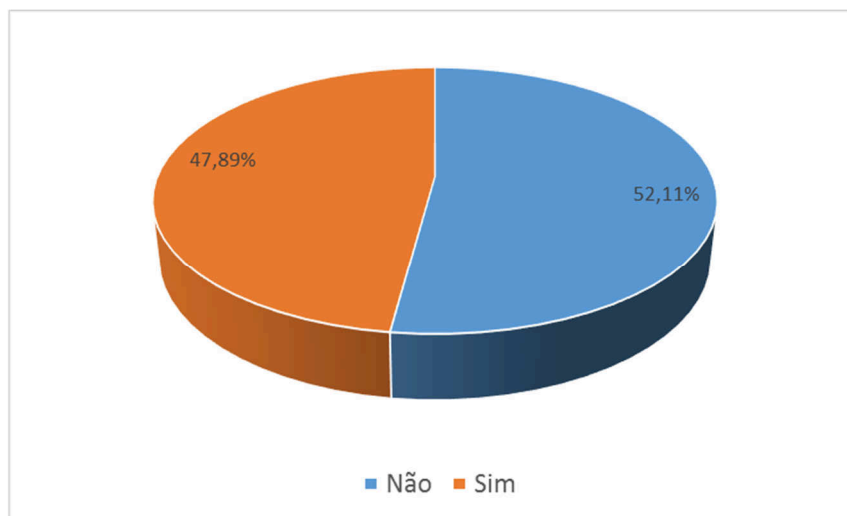
**Figura 5** – Existência de Lei municipal criando o sistema de controle Interno do Município.



Com relação à existência de normas internas expedidas pelo órgão de Controle Interno, definindo procedimentos e rotinas, tem-se os resultados na figura 6. A partir da análise verificou-se que 52,11% dos órgãos de Controle Interno responderam afirmativamente sobre a existência de procedimentos e rotinas de controle interno em suas unidades.

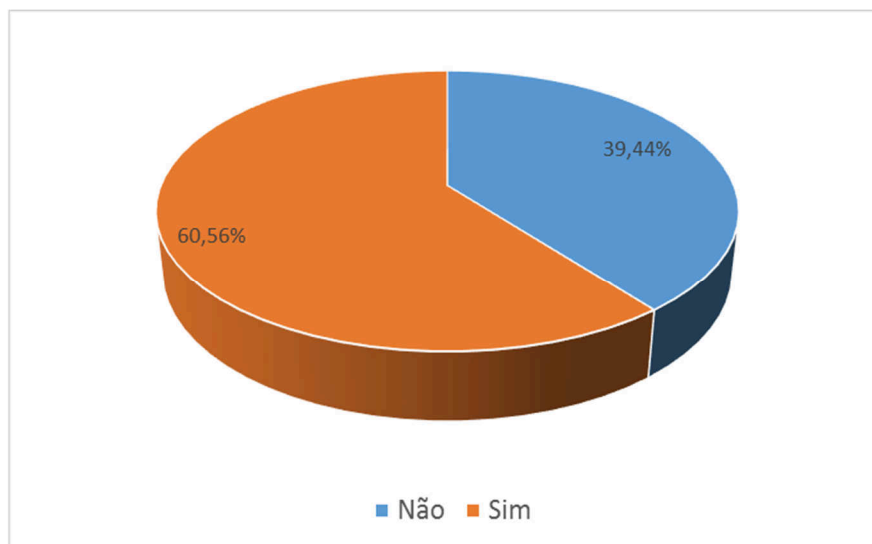


**Figura 6** – Existência de procedimentos e rotinas nos órgãos de Controle Interno Municipal.



Com relação às capacitações recebidas pelos servidores integrantes da unidade de Controle Interno nos últimos 12 meses para exercício de suas funções, verifica-se que 60,56% das unidades de Controle Interno realizaram capacitação nos últimos 12 meses.

**Figura 7** – Capacitação recebida nos últimos 12 meses.

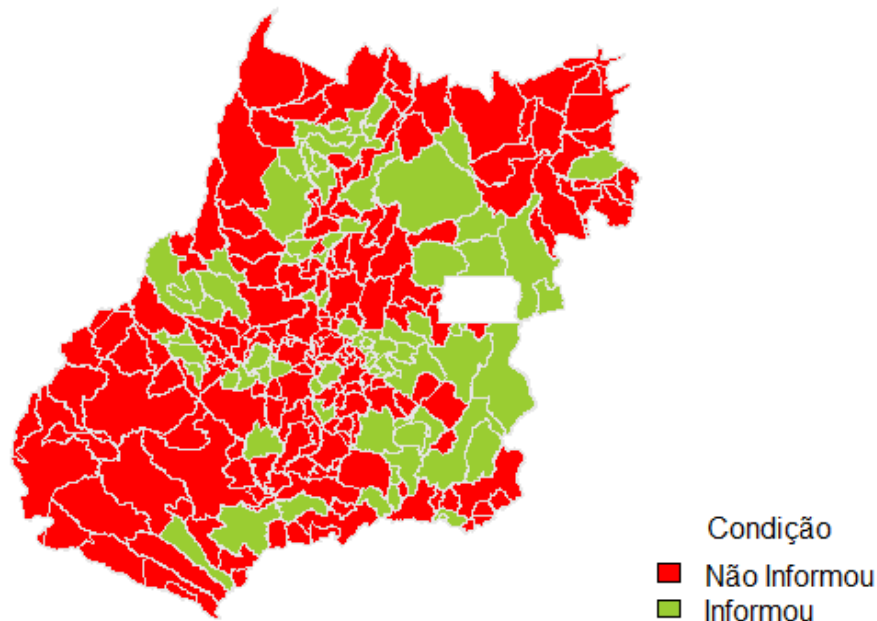


## Poder Legislativo Municipal

Nos questionários encaminhados ao poder legislativo municipal – Câmaras Municipais – foram obtidas 74 repostas. A figura 8 apresenta o cartograma com a condição das Câmaras Municipais dos municípios quanto às respostas obtidas.



**Figura 8** – Condição das Câmaras Municipais com relação as respostas.



Na tabela 3 e figura 9 é apresentada a distribuição da condição do vínculo funcional dos cargos para chefe do órgão de Controle Interno nas Câmaras Municipais que responderam ao questionário. Na análise do gráfico (figura 9) e da tabela 3 verifica-se que 45,95% (34) dos órgãos de Controle Interno das Câmaras municipais apresentam cargo de chefia com vínculo funcional na condição de servidor comissionado.

**Tabela 3** – Condição do Cargo para Chefe do Controle Interno nas Câmaras Municipais por vínculo funcional.

<b>Chefe Controle Interno</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>
Cargo Efetivo	17	22,97%
Cargo Comissionado	34	45,95%
Outro Cargo Efetivo	23	31,08%
<b>Total Geral</b>	<b>74</b>	<b>100,00%</b>

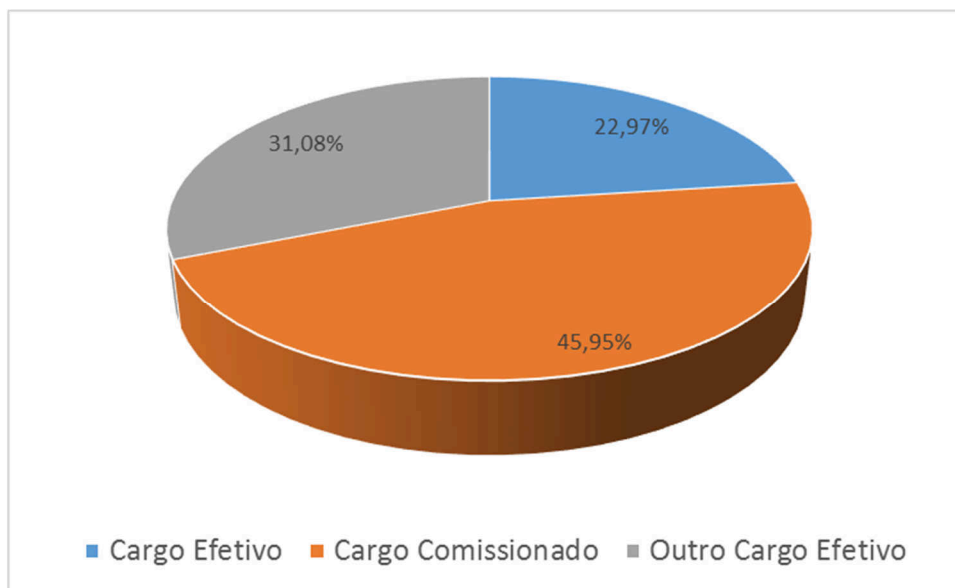




## Levantamento sobre a estrutura dos Sistemas de Controle Interno em Goiás

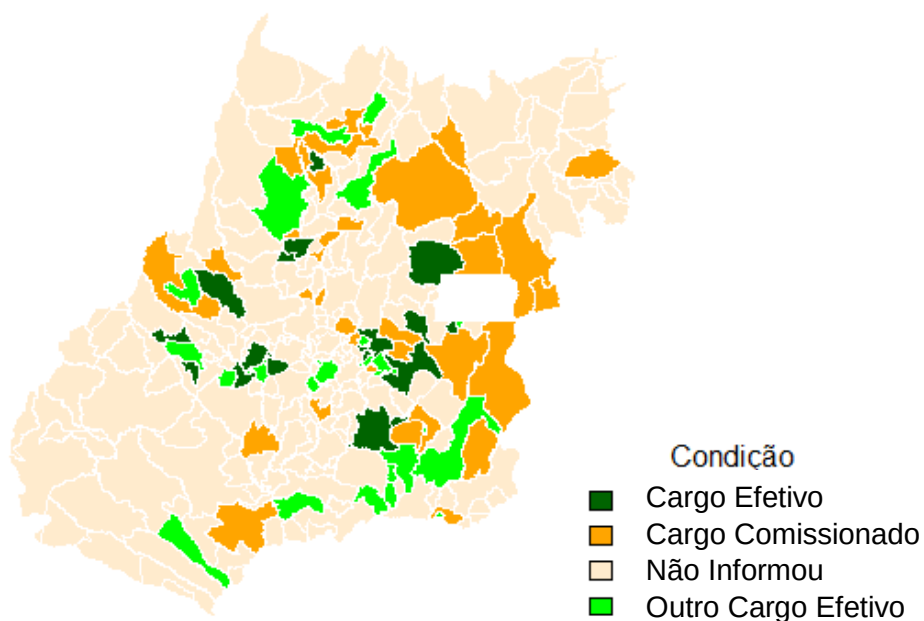
2017

**Figura 9** - Condição do Cargo para Chefe do Controle Interno nas Câmaras Municipais por vínculo funcional



No cartograma apresentado na figura 10 é possível observar a distribuição espacial dessa condição onde é verificada uma distribuição mais concentrada de cargos comissionados na região oeste e nas proximidades do entorno do DF.

**Figura 10** – Distribuição espacial da condição do Cargo para Chefe do Controle Interno das Câmaras Municipais.



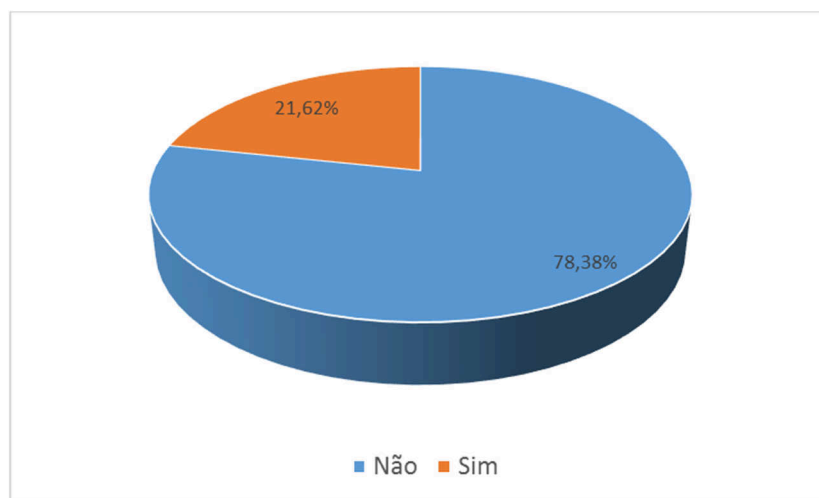


## Levantamento sobre a estrutura dos Sistemas de Controle Interno em Goiás

2017

Na figura 11 é apresentado o gráfico com a situação dos órgãos de Controle Interno quanto à existência de outros servidores além do chefe da unidade no legislativo municipal. Pela análise do gráfico é possível constatar que somente em 21,62% (16 dos que responderam o questionário) possuíam outros integrantes além do chefe da unidade de Controle Interno da Câmara Municipal.

**Figura 11** – Existência de outros servidores no órgão de Controle Interno da Câmara Municipal.



Na tabela 4 é apresentada a distribuição do tipo de vínculo funcional dos servidores nos órgãos que possuem outros integrantes além do chefe da unidade de Controle Interno da Câmara Municipal.

**Tabela 4** – Distribuição por tipo de vínculo dos demais servidores da unidade Controle Interno.

Tipo de Cargo	Quant.	%
Efetivo	15	53,57%
Comissionado	13	46,43%
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>100,00%</b>

De acordo com a tabela 4 é verificado um total de 28 servidores além dos chefes dos órgãos de Controle Interno da Câmara, onde a maioria, 53,57%, possui vínculo funcional em cargos efetivos.

Na figura 12 é apresentada a distribuição da condição com relação à existência de Lei municipal criando o sistema de controle interno da Câmara Municipal e prevendo a sua estrutura. Pela análise da figura abaixo observa-se que 73% (54) dos municípios apresentam Lei municipal criando o sistema de controle interno da Câmara Municipal.

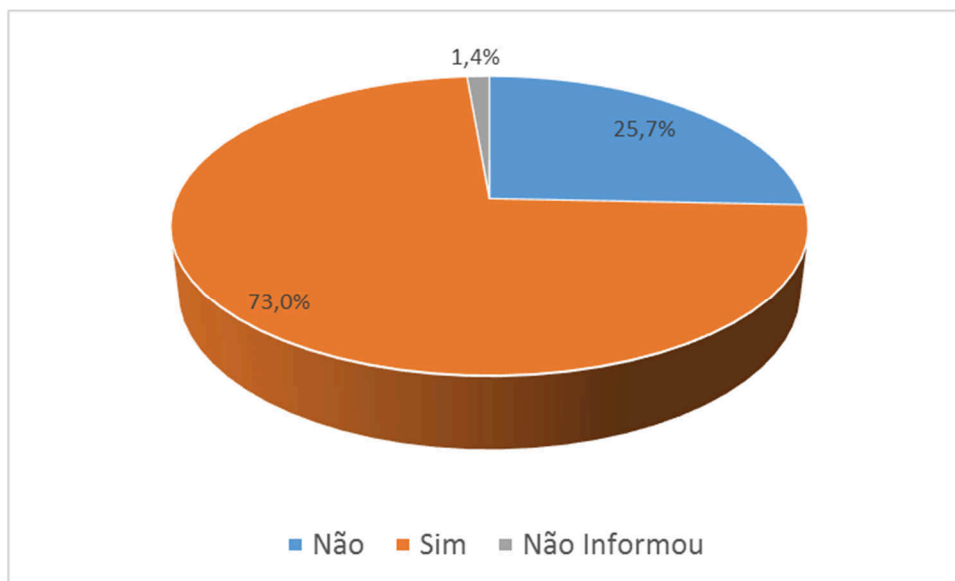




## Levantamento sobre a estrutura dos Sistemas de Controle Interno em Goiás

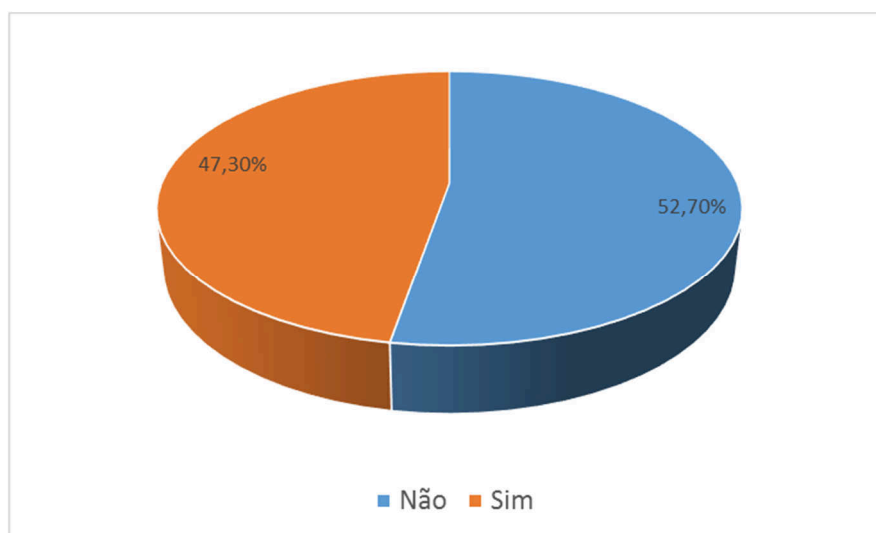
2017

**Figura 12** – Existência de Lei municipal criando o sistema de controle Interno da Câmara Municipal.



Com relação à existência de normas internas expedidas pelo órgão Controle Interno do legislativo municipal, definindo procedimentos e rotinas, os resultados apresentados na figura 13 mostram que 52,70% dos órgãos de Controle Interno das Câmaras Municipais responderam afirmativamente sobre a existência de procedimentos e rotinas de controle interno em suas unidades.

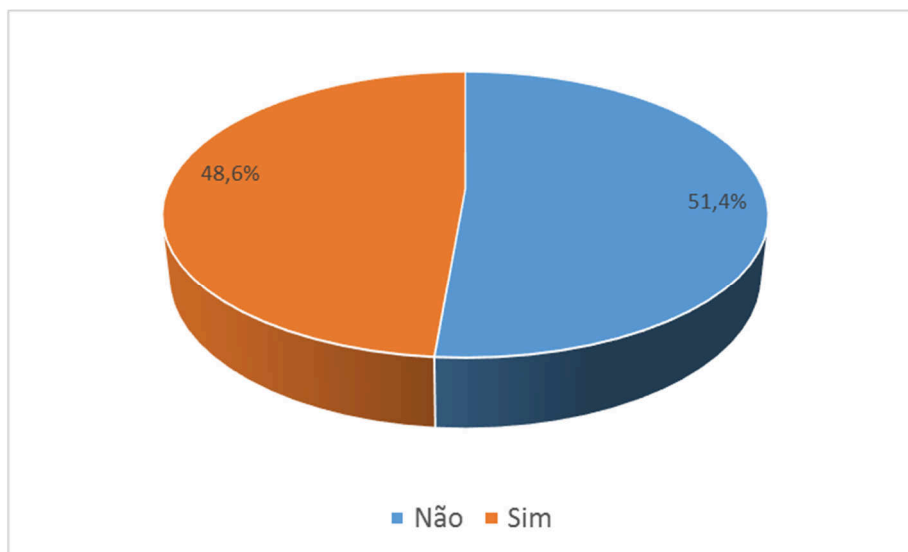
**Figura 13** – Existência procedimentos e rotinas no Controle Interno da Câmara Municipal.



Com relação às capacitações recebidas pelos servidores integrantes do órgão de Controle Interno nos últimos 12 meses verifica-se que 48,6% das unidades de Controle Interno realizaram capacitação nos últimos 12 meses.



**Figura 14** – Capacitação recebida nos últimos 12 meses.



## Relacionamentos

### Poder Executivo Municipal

Com o intuito de melhor entender a estrutura foi realizado um estudo relacional visando identificar qual variável pode impactar positivamente para uma melhor condição das unidades de Controle Interno, tanto no executivo quanto no legislativo municipal. Nesse contexto, identificou-se a condição da existência da Lei municipal criando o sistema de controle interno como a mais indutora de estrutura para as unidades relacionadas. Nas tabelas abaixo apresenta-se o cruzamento dessa variável com as demais apresentadas nos questionários avaliados.

**Tabela 5** - Relação entre existência da Lei e condição de vínculo funcional do cargo de chefia: Controle Interno do poder executivo municipal.

Existe Lei	Condição do Cargo para Chefe do Controle Interno			Total
	Cargo Efetivo	Cargo Comissionado	Outro Cargo Efetivo	
Não	1	2	6	9
Sim	7	22	33	62
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>24</b>	<b>39</b>	<b>71</b>

Na tabela 5 percebe-se que a maioria dos cargos com vínculo efetivo encontram-se nos órgãos de Controle Interno do poder executivo, onde existe a Lei criando o sistema de controle interno municipal.



## Levantamento sobre a estrutura dos Sistemas de Controle Interno em Goiás

2017

**Tabela 6** - Relação entre existência da lei e existência de outros servidores além do chefe: Controle Interno do poder executivo municipal.

Existe Lei	Outros Servidores		Total
	Comissionado	Efetivo	
Não	3	1	4
Sim	65	70	135
<b>Total</b>	<b>68</b>	<b>71</b>	<b>139</b>

Na tabela 6 percebe-se que nos órgãos de Controle Interno onde existe a Lei criando o sistema de controle interno municipal existem mais servidores atuando nos órgãos e em sua maioria são ocupantes de cargos efetivos.

**Tabela 7** - Relação entre existência da Lei e existência de Procedimento e Rotinas: Controle Interno do poder executivo municipal.

Existe Lei	Existe Procedimentos e Rotinas		Total
	Não	Sim	
Não	7	2	9
Sim	30	32	62
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>34</b>	<b>71</b>

Na tabela 7 percebe-se que nos órgãos de Controle Interno onde existe a Lei criando o sistema de controle interno municipal a maioria apresenta procedimentos e rotinas, ao passo que nos municípios onde não há Lei a maioria não apresenta procedimentos e rotinas definidos.

**Tabela 8** - Relação entre Existência da Lei e Treinamento nos últimos 12 meses: Controle Interno do Município.

Existe Lei	Teve Capacitação		Total
	Não	Sim	
Não	6	3	9
Sim	22	40	62
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>43</b>	<b>71</b>

Na tabela 8 verifica-se que nos órgãos de Controle Interno onde existe a Lei criando o sistema de controle interno municipal a maioria apresentou treinamento nos últimos 12 meses, ao passo que nos municípios onde não há Lei a maioria não recebeu no mesmo período.



# Levantamento sobre a estrutura dos Sistemas de Controle Interno em Goiás

2017

## Poder Legislativo Municipal

Com relação às Câmaras Municipais, verificou-se na análise da tabela 9 que a maioria dos cargos com vínculo efetivo encontram-se nos órgãos de Controle Interno das Câmaras Municipais onde existe a Lei criando o sistema de controle interno municipal.

**Tabela 9** - Relação entre existência da Lei e condição de vínculo funcional do cargo de chefia: Controle Interno da Câmara Municipal.

Existe Lei	Condição do Cargo para Chefe do Controle Interno			Total
	Cargo Efetivo	Cargo comissionado	Outro Cargo Efetivo	
Não		13	6	19
Sim	17	21	16	54
NI			1	1
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>34</b>	<b>23</b>	<b>74</b>

**Tabela 10** - Relação entre existência da lei e existência de outros servidores além do chefe: Controle Interno da Câmara Municipal.

Existe Lei	Outros Servidores		Total
	Comissionado	Efetivo	
Não	1	5	6
Sim	12	10	22
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>28</b>

Na tabela 10 percebe-se que nos órgãos de Controle Interno onde existe a Lei criando o sistema de controle interno municipal existem mais servidores atuando nesses órgãos.

**Tabela 11** - Relação entre existência da lei e existência de procedimento e rotinas: Controle Interno da Câmara Municipal.

Existe Lei	Existe Procedimentos e Rotinas		Total
	Não	Sim	
Não	12	7	19
Sim	27	27	54
NI		1	1
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>35</b>	<b>74</b>

Na tabela 11 percebe-se que nos órgãos de Controle Interno onde existe a Lei criando o sistema de controle interno municipal a maioria apresenta procedimentos e rotinas, ao passo que nos municípios onde não há Lei a maioria não apresenta procedimentos e rotinas definidos.



## Levantamento sobre a estrutura dos Sistemas de Controle Interno em Goiás

2017

**Tabela 12** - Relação entre existência da lei e treinamento nos últimos 12 meses: Controle Interno da Câmara Municipal.

Existe Lei	Teve Capacitação		Total
	Não	Sim	
Não	10	9	19
Sim	27	27	54
NI	1		1
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>36</b>	<b>74</b>

Na tabela 12 verifica-se que nos órgãos de Controle Interno onde existe a Lei criando o sistema de controle interno municipal a metade apresentou treinamento nos últimos 12 meses, ao passo que nos municípios onde não há Lei a maioria não recebeu capacitação no mesmo período.

### Conclusões e Recomendações

De forma geral, foi constatado que os retornos dos municípios por meio dos questionários respondidos foram relativamente baixos, 71 retornos de Municípios (Poder Executivo) e 74 de Câmaras Municipais.

Com relação aos chefes de Controle Interno do Poder Executivo municipal e das Câmaras Municipais, verificou-se que 33,80% e 45,95% respectivamente possuem ocupantes com vínculo funcional em cargos comissionados. A maioria das Câmaras Municipais (64,79%) possuem outros servidores além dos chefes do órgão de Controle Interno. No executivo dos municípios a minoria (21,62%) conta com outros servidores além do chefe do órgão de Controle Interno.

Em observação da condição de existência da Lei criando o sistema de controle interno municipal, 87,3% dos municípios apresentaram tal Lei, ao passo que nas Câmaras Municipais o percentual foi de 73%. Quanto à existência de procedimentos e rotinas, 47,89% dos municípios e 47,30% das Câmaras Municipais responderam positivamente quanto à sua existência. Para a capacitação dos integrantes do órgão de Controle Interno nos últimos 12 meses, tem-se que 60,56% dos municípios afirmaram ter tido alguma capacitação relacionada às suas atividades, e nas Câmaras Legislativas o percentual foi de 48,6%.

No estudo relacional, verificou-se que a existência da Lei Municipal criando o sistema de controle interno municipal está associado a uma melhor estrutura desses órgãos.



# Levantamento sobre a estrutura dos Sistemas de Controle Interno em Goiás

2017

## Histórico de Revisão

Data	Versão	Descrição	Autor
03/07/2017	1.0	Criação do documento	Emerson Wruck
03/07/2017	1.1	Revisão	Vanessa Cristina
10/07/2017	3	Revisão	Filipe Coutinho